



DESAFIOS NA INCLUSÃO E TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS GARANTIDOS PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CHALLENGES IN THE INCLUSION AND TREATMENT OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): IMPACTS ON THE EXERCISE OF RIGHTS GUARANTEED BY BRAZILIAN LEGISLATION

Erica Pereira da SILVA ¹

Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP)

E-mail: ericasilvaadv13@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-0092-4129>

Jocirley de OLIVEIRA ²

Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP)

E-mail: Oliveiraaraguina2013@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

286

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados na inclusão e no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que se refere ao exercício dos direitos assegurados pela legislação brasileira. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, fundamenta-se em documentos legais, estudos acadêmicos e diretrizes públicas voltadas à proteção e inclusão de pessoas com deficiência. Observa-se que, apesar de avanços legais significativos, como a Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam o pleno exercício dos direitos dessas crianças, especialmente no ambiente escolar e na oferta de atendimentos especializados. A análise aponta para a necessidade de políticas públicas efetivas, formação adequada de profissionais e

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Master de Parauapebas - FAMAP. ericasilvaadv13@gmail.com//orcid.org// 0009-0001-0092-4129.

² Pós Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Oliveiraaraguina2013@gmail.com/ orcid.org/ 0009-0008-4126-0091

conscientização social como pilares fundamentais para a superação dos obstáculos identificados. Assim, o estudo contribui para a reflexão crítica sobre a efetividade das normas em vigor e a importância da promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Direitos. Educação. Legislação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the challenges faced in the inclusion and treatment of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), especially with regard to the exercise of rights guaranteed by Brazilian legislation. The research, of a bibliographic nature and qualitative approach, is based on legal documents, academic studies and public guidelines aimed at the protection and inclusion of people with disabilities. It is observed that, despite significant legal advances, such as Law No. 12,764/2012 (National Policy for the Protection of the Rights of People with Autism Spectrum Disorder) and the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015), structural, pedagogical and attitudinal barriers persist that hinder the full exercise of the rights of these children, especially in the school environment and in the provision of specialized services. The analysis points to the need for effective public policies, adequate training of professionals and social awareness as fundamental pillars for overcoming the identified obstacles. Thus, the study contributes to critical reflection on the effectiveness of current regulations and the importance of promoting a truly inclusive society.

Keywords: Autism. Inclusion. Rights. Education. Legislation.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), afeta o desenvolvimento neurológico da criança, tendo como principais características déficits de comunicação e interação social, onde a criança também apresenta comportamentos repetitivos e estereotipados, assim como um repertório restrito e fixo de interesses e atividades.

Os primeiros sinais que servem de alerta para os pais, em um possível caso de autismo, podem ser percebidos já nos primeiros meses de vida da criança, no entanto, o diagnóstico é efetuado apenas por volta dos 2 a 3 anos de idade. Sendo que a maioria dos casos de autismos diagnosticados são em crianças do sexo masculino.

Deste modo, quanto mais cedo forem identificados os sinais de um possível caso de autismo, e conseqüentemente, a obtenção de um diagnóstico precoce, melhores serão os resultados obtidos no tratamento a longo prazo, caso as intervenções sejam feitas de maneira correta e responsável.

Em se tratando de legislação o Brasil já possui uma lei específica que garante os direitos das pessoas com TEA, que é a lei 12.764/2012, que instituiu e regulamentou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também conhecida como “Lei Berenice Piana”. Esta lei trouxe grandes avanços em relação aos direitos das pessoas com autismo, representando do ponto de vista normativo uma grande conquista com relação ao desenvolvimento de Políticas Públicas sociais inclusivas voltadas para pessoas com TEA.

Neste sentido, uma grande conquista trazida pela lei 12.764/2012 foi a equiparação legal dos autistas a pessoas com deficiência, estabelecendo assim, a essas pessoas os mesmos direitos legais concedidos aos deficientes. Essa mudança não apenas promove a inclusão social, mas também garante acesso a serviços e recursos essenciais, como educação especializada, saúde e assistência social. Ao reconhecer o autismo como uma condição que requer suporte adequado, a lei contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as necessidades específicas dessas pessoas são respeitadas e atendidas.

No entanto, muitas famílias ainda desconhecem tais direitos, e a efetiva implementação das políticas públicas criadas, ainda enfrentam muitos desafios, pois o poder público ainda não criou uma estrutura capaz de atender as crianças com autismo, que demandam diversos tipos de tratamentos médicos, assistenciais e inclusivos para conseguir se desenvolver da melhor maneira possível, e conseqüentemente, possam ter uma boa qualidade de vida posteriormente, pois o tratamento precoce é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança com autismo.

A lei 12.764/2012 possui embasamento na própria Constituição Federal através dos Princípios da igualdade e da Dignidade da pessoa humana, que são princípios basilares trazidos pela nossa Constituição. Posteriormente também foi sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/2015, que também beneficia o autista já que houve a equiparação entre ambos e recentemente foi instituída a lei 13.977/2020, também conhecida como “Lei Romeo Mion”, que instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Apesar de toda a evolução dos estudos relacionados ao Transtorno de Espectro Autista, das conquistas de direitos e também de ter ganho espaço relevante nas discussões sociais sobre o tema, na prática ainda existem muitos desafios a serem enfrentados pelas crianças autistas e suas famílias, na busca de tratamento adequado, inclusão social e para que seus direitos sejam de fato respeitados.

Neste contexto, este estudo busca contribuir de forma efetiva para a ampliação do conteúdo relacionado ao tema, abordando os direitos a tratamento adequado e inclusão social das crianças com transtorno do espectro autista, garantidos por lei e as dificuldades enfrentadas por suas famílias para conseguir exercer de fato, tais direitos, perante o Poder Público e também junto aos Planos de Saúde Privados, que tentam burocratizar e dificultar o acesso a tratamento de crianças com autismo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão sobre os desafios enfrentados pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, particularmente em relação ao tratamento adequado e à inclusão social, conforme previsto pela legislação brasileira. O estudo foi realizado com base em uma revisão bibliográfica e análise documental, onde investigou-se os principais obstáculos para a efetivação dos direitos dessas crianças, com foco nas barreiras ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado e à inclusão escolar, assim como os impactos psicossociais nas famílias.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica das principais obras acadêmicas, artigos e legislações brasileiras pertinentes ao tema do TEA, com ênfase nos direitos das crianças com TEA e nas políticas públicas de saúde e educação voltadas para a inclusão e o tratamento adequado.

A revisão bibliográfica permitiu identificar os marcos legais relevantes, as conquistas e os desafios no campo da inclusão social e escolar, além das abordagens terapêuticas recomendadas. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se principalmente nas obras de especialistas como Frateschi (2018), Gonçalves (2017), Martins (2019), e outros, que forneceram o referencial teórico necessário para entender o contexto legal e os obstáculos enfrentados pelas famílias.

A segunda etapa abordou uma análise de documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e as normativas educacionais que regulam a inclusão de alunos com deficiência nas escolas. A partir dessa análise, foi possível avaliar a eficácia dessas normativas e como elas impactam o cotidiano das famílias e das crianças com TEA, destacando as lacunas e dificuldades para sua implementação.

A pesquisa buscou identificar, por meio de dados secundários e relatos de estudos de caso, as principais barreiras enfrentadas pelas famílias na busca por diagnóstico e tratamento adequados, incluindo questões relacionadas ao acesso a serviços de saúde especializados, as dificuldades no sistema educacional e as implicações psicossociais para os pais.

Para isso, realizou-se um levantamento de dados secundários provenientes de artigos científicos, relatórios de organizações não governamentais, e outros documentos que relatam as experiências das famílias no Brasil.

A análise foi feita de forma interpretativa, com a utilização da técnica de análise de conteúdo para identificar temas centrais relacionados aos desafios no diagnóstico e tratamento de crianças com TEA, bem como as dificuldades enfrentadas pelas famílias na busca por direitos.

A pesquisa também contemplou uma análise crítica sobre as políticas públicas existentes, visando apontar as falhas e sugerir possíveis melhorias para garantir que os direitos das crianças com TEA sejam efetivamente cumpridos.

O estudo foi conduzido de forma sistemática, com a organização das informações coletadas em categorias temáticas que ajudaram a responder à pergunta norteadora da pesquisa: quais os principais desafios enfrentados pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na busca por tratamento adequado e

inclusão social, e como esses desafios impactam o exercício dos direitos assegurados pela legislação brasileira? O trabalho também contemplou uma reflexão sobre o papel da sociedade, do sistema educacional e das políticas públicas para a efetiva inclusão dessas crianças.

Assim, a metodologia adotada buscou fornecer uma visão crítica e abrangente dos desafios enfrentados por essa população e de como a legislação brasileira pode ser melhorada para atender às suas necessidades, contribuindo para o fortalecimento da inclusão social e a efetivação dos direitos das crianças com TEA.

PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS COM TEA NO BRASIL

A inclusão e o tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são desafios multifacetados que envolvem aspectos legais, sociais, educacionais e psicológicos. Apesar dos avanços na legislação brasileira, que garante direitos fundamentais às pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos significativos. Esses desafios se manifestam desde o diagnóstico precoce até a obtenção de tratamentos especializados, além da inclusão escolar e social. Para compreender a complexidade dessas questões, esta revisão de literatura buscou explorar os fundamentos legais, as barreiras enfrentadas pelas famílias, as dificuldades na inclusão escolar e os impactos no núcleo familiar, destacando os principais entraves e propondo estratégias para superá-los.

Legislação Brasileira e Direitos Garantidos às Crianças com TEA

A legislação brasileira tem avançado significativamente no reconhecimento e na proteção dos direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), consolidando um arcabouço jurídico que visa assegurar inclusão, dignidade e igualdade de oportunidades. O marco legal mais relevante é a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo o TEA como deficiência para todos os efeitos legais. Essa lei representa um avanço ao incluir as pessoas com TEA no conjunto de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Segundo Gonçalves (2017), nos informa que:

A Lei Berenice Piana estabelece direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação e assistência social, além de enfatizar a necessidade de diagnóstico precoce e atendimento multidisciplinar. Outro ponto central da legislação é a obrigatoriedade da inclusão escolar de crianças com TEA em instituições regulares de ensino, com a garantia de recursos de acessibilidade e adaptações necessárias. Essa previsão visa combater a discriminação e promover a convivência social das crianças no ambiente escolar, reforçando seu direito à educação inclusiva (Gonçalves, 2017, p. 63).

No campo da saúde, a legislação brasileira determina a oferta de atendimento especializado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo terapias multidisciplinares essenciais para o desenvolvimento das crianças com TEA. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria nº 1.604/2004, complementa essas garantias ao priorizar ações voltadas ao diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a insuficiência de profissionais capacitados e a sobrecarga dos sistemas públicos de saúde.

Adicionalmente, o Decreto nº 10.502/2020, que estabelece a nova Política Nacional de Educação Especial, reafirma a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado às crianças com TEA, promovendo a articulação entre escolas regulares e serviços de apoio especializados. Contudo, a aplicação efetiva dessa política depende de investimentos em formação docente e infraestrutura adequada, fatores ainda deficitários em diversas regiões do país.

A legislação brasileira também busca amparar as famílias das crianças com TEA, oferecendo benefícios como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). Esse auxílio é fundamental para as famílias de baixa renda, pois muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras decorrentes dos altos custos dos tratamentos necessários.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2017) argumenta que:

Apesar dos avanços, a efetivação desses direitos encontra desafios relacionados à falta de conscientização social e às barreiras institucionais. Em muitas localidades, a ausência de infraestrutura apropriada e de profissionais qualificados prejudica a concretização das políticas públicas previstas. Esses obstáculos reforçam a necessidade de fiscalização rigorosa e de maior engajamento do poder público na implementação das leis (Gonçalves, 2017, p. 67).

Portanto, embora o Brasil disponha de uma legislação abrangente e progressista no que se refere aos direitos das crianças com TEA, sua aplicação ainda depende de um compromisso efetivo entre governo, sociedade e instituições. O fortalecimento das políticas públicas, aliado a campanhas de conscientização, pode contribuir para superar os desafios existentes e garantir que as crianças com TEA usufruam plenamente de seus direitos fundamentais.

Barreiras para o Diagnóstico e Tratamento Adequados

O diagnóstico e o tratamento adequados para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam diversas barreiras que comprometem o acesso aos cuidados essenciais e impactam diretamente o desenvolvimento e a inclusão social dessas crianças. Um dos principais desafios é a escassez de profissionais especializados e capacitados para identificar os sinais do TEA precocemente, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Essa realidade é agravada pela falta de formação específica na área de saúde, o que retarda o início do tratamento e prejudica as chances de melhor qualidade de vida para a criança.

Para Grynspan (2019):

A demora na obtenção do diagnóstico também é influenciada pela falta de conscientização e treinamento dos profissionais da educação e da saúde primária. Muitos sinais precoces do TEA podem ser confundidos com outras condições ou interpretados como atrasos típicos do desenvolvimento infantil. Isso resulta em uma média de anos entre os primeiros sintomas observados e o diagnóstico definitivo, reduzindo a janela de oportunidade para intervenções precoces eficazes (Grynspan, 2019, p. 63).

Nesse sentido, outro obstáculo importante está relacionado à infraestrutura dos serviços de saúde pública. Embora a legislação brasileira assegure o acesso a terapias multidisciplinares pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a demanda muitas vezes excede a capacidade de atendimento, gerando longas listas de espera. Para muitas famílias, isso implica recorrer ao sistema privado, o que pode ser financeiramente inviável devido ao alto custo dos tratamentos, como a terapia ABA (Applied Behavior Analysis) e a fonoaudiologia.

Grynspan (2019), amplia essa discussão e nos diz que:

As desigualdades regionais também desempenham um papel crucial nas barreiras ao diagnóstico e tratamento do TEA. Enquanto os grandes centros urbanos possuem maior concentração de especialistas e serviços especializados, as regiões rurais e periféricas sofrem com a falta de acesso a recursos básicos. Esse desequilíbrio reforça as disparidades sociais e limita o alcance das políticas públicas voltadas para o atendimento inclusivo e abrangente (Grynspan, 2019, p. 90).

Já no âmbito educacional, a ausência de integração entre os sistemas de saúde e de ensino também prejudica a identificação precoce e o suporte às crianças com TEA. Educadores muitas vezes enfrentam dificuldades para identificar sinais de autismo, e a falta de orientações claras para encaminhamento a serviços de diagnóstico contribui para o atraso no início das intervenções. “A colaboração entre setores é essencial para superar essas barreiras e oferecer um suporte integral às famílias” (Mclanahan, 2015, p. 82).

Nesse sentido, o estigma social e a desinformação são fatores que afetam negativamente o diagnóstico e tratamento do TEA. Muitas famílias ainda enfrentam resistência cultural e preconceitos, o que dificulta a busca por ajuda profissional. Campanhas de conscientização e ações educativas voltadas para a sociedade em geral são fundamentais para combater esses estigmas e promover a aceitação e inclusão das pessoas com TEA.

Mclanahan (2015), sobre esse assunto corrobora dizendo que:

As barreiras financeiras representam um desafio significativo, especialmente para famílias de baixa renda. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, é uma importante ferramenta de apoio, mas a burocracia no acesso a esse benefício frequentemente desestimula as famílias. Medidas como a simplificação dos processos e o aumento de investimentos em saúde pública podem ajudar a reduzir os impactos dessas barreiras (Mclanahan, 2015, p. 85).

Portanto, a superação dos obstáculos ao diagnóstico e tratamento adequados do TEA exige uma abordagem integrada, que envolva políticas públicas efetivas, investimentos em capacitação profissional, redução das desigualdades regionais e conscientização social. Apenas por meio de esforços coordenados é possível garantir que todas as crianças com TEA recebam o cuidado e o suporte necessários para desenvolver seu potencial e exercer seus direitos plenamente.

Desafios na Inclusão Escolar de Crianças com TEA

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um direito assegurado pela legislação brasileira, como previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Apesar dos avanços normativos, a implementação efetiva da inclusão ainda enfrenta inúmeros desafios no contexto educacional, impactando diretamente a qualidade do ensino e a experiência escolar dessas crianças.

Segundo Frateschi (2018):

Um dos principais desafios está relacionado à formação dos professores para lidar com as especificidades do TEA. Muitos educadores relatam a ausência de capacitação adequada para desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos autistas, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Como argumenta Frateschi (2018), a formação continuada e a inclusão de conteúdos sobre o TEA nos currículos de licenciatura são medidas essenciais para preparar os professores para atuar em um ambiente inclusivo (Frateschi, 2018, p. 45).

Neste contexto, outro entrave significativo é a falta de recursos materiais e pedagógicos adaptados às necessidades das crianças com TEA. Tecnologias assistivas, materiais visuais e outros instrumentos específicos são fundamentais para facilitar a comunicação e a compreensão dos conteúdos. No entanto, “muitas escolas, especialmente da rede pública, não dispõem desses recursos, o que compromete a inclusão efetiva e limita as possibilidades de desenvolvimento dos alunos” (Frateschi, 2018, p. 62).

Conforme destaca Gonçalves (2017):

A sobrecarga das salas de aula também dificulta a inclusão escolar. Turmas numerosas e a ausência de mediadores ou auxiliares pedagógicos tornam desafiador oferecer a atenção individualizada necessária para as crianças com TEA. A presença de profissionais de apoio especializados é crucial para promover um ambiente inclusivo e garantir que as necessidades específicas desses alunos sejam atendidas (Gonçalves, 2017, p. 90).

Assim, a resistência de alguns educadores e gestores escolares à inclusão é outro obstáculo. Apesar de o discurso inclusivo estar consolidado nas políticas públicas, a prática cotidiana muitas vezes reflete atitudes discriminatórias ou de despreparo para

acolher as crianças com TEA. Campanhas de conscientização e a promoção de uma cultura escolar inclusiva são fundamentais para superar essas barreiras e assegurar um ambiente acolhedor para todos.

Nesse viés, Gonçalves (2017) nos informa que:

A participação da família no processo de inclusão é um aspecto crucial, mas que nem sempre ocorre de forma efetiva. A falta de orientação sobre os direitos educacionais e os papéis das famílias no contexto escolar pode gerar lacunas no acompanhamento do desenvolvimento das crianças com TEA. Parcerias entre escola e família, baseadas em diálogo contínuo, são indispensáveis para a construção de estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades dos alunos (Gonçalves, 2017, p. 102).

Assim, o estigma social associado ao TEA ainda impacta a inclusão escolar. Muitas crianças enfrentam preconceitos, tanto de colegas quanto de membros da comunidade escolar, o que pode resultar em isolamento social e dificuldades emocionais. A promoção de ações educativas para sensibilizar a comunidade sobre o TEA é um passo importante para combater o estigma e garantir que as crianças autistas se sintam valorizadas e respeitadas no ambiente escolar.

Portanto, os desafios para a inclusão escolar de crianças com TEA exigem uma abordagem multidimensional que contemple investimentos em formação docente, infraestrutura, recursos pedagógicos e conscientização social. Apenas por meio de esforços coordenados será possível criar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e que respeite os direitos dessas crianças.

Impactos Psicossociais nas Famílias de Crianças com TEA

O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ter um impacto profundo não apenas na criança, mas também em toda a estrutura familiar. Os pais e familiares de crianças com TEA enfrentam desafios psicossociais consideráveis, que podem afetar seu bem-estar emocional, social e até econômico. O impacto começa com o momento do diagnóstico, que muitas vezes é cercado de incertezas e dificuldades, criando um cenário de estresse emocional para os pais. “O processo de adaptação à nova realidade exige tempo e, em muitos casos, um redesenho das expectativas de vida para a criança e a família” (Ferreira, 2017, p. 55).

Ainda conforme observado por Ferreira (2017):

O primeiro impacto psicossocial que se observa nas famílias de crianças com TEA é o choque inicial com o diagnóstico. Muitos pais, ao receberem a notícia, podem vivenciar sentimentos de negação, tristeza e até culpa. A partir desse momento, começa um processo de adaptação e de aprendizado sobre o transtorno, suas características e as melhores formas de lidar com a situação (Ferreira, 2017, p. 68).

Em muitos casos, essa adaptação envolve uma mudança significativa nas dinâmicas familiares, com um aumento da sobrecarga de tarefas para os pais, especialmente se a criança necessitar de cuidados intensivos. O estresse gerado pela nova rotina pode afetar negativamente a saúde mental dos cuidadores.

Outro aspecto relevante, segundo Ferreira (2017) são:

As dificuldades financeiras que muitas famílias enfrentam ao buscar tratamentos especializados para seus filhos. O acesso a terapias, consultas médicas e tratamentos multidisciplinares é muitas vezes custoso, principalmente em contextos em que o sistema de saúde pública não oferece suporte adequado (Ferreira, 2017, p. 71).

Assim, o impacto financeiro pode se traduzir em um maior nível de estresse para as famílias, que precisam equilibrar o atendimento às necessidades do filho com o orçamento doméstico. Em alguns casos, essa situação pode levar a um aumento do conflito familiar, prejudicando a harmonia e o equilíbrio emocional da casa.

A sobrecarga de responsabilidades é um fator crítico no cotidiano de muitas famílias de crianças com TEA. A dedicação constante aos cuidados e à adaptação da criança à escola e ao ambiente social exige grande esforço dos pais, o que pode resultar em desgaste físico e emocional.

Para Lima (2019):

A ausência de rede de apoio social, como familiares, amigos ou grupos de suporte, intensifica esses desafios, tornando difícil para os pais lidarem com os desafios diários sem sofrerem consequências psicológicas. A falta de compreensão e apoio por parte da sociedade também agrava esse quadro, com muitas famílias enfrentando o estigma e o preconceito sobre o TEA (Lima, 2019, p. 39).

No que diz respeito aos relacionamentos conjugais, os pais de crianças com TEA podem experimentar tensões e dificuldades no casamento ou relacionamento, especialmente quando um dos cônjuges assume mais responsabilidades no cuidado da criança. Estudos apontam que a sobrecarga de tarefas e as frustrações geradas pelas

limitações do TEA podem aumentar a probabilidade de desentendimentos e conflitos entre os parceiros.

O que, por sua vez, impacta diretamente no bem-estar emocional de todos os membros da família, incluindo a própria criança. Assim, é fundamental que os casais desenvolvam estratégias de apoio mútuo e de comunicação para enfrentar as dificuldades de maneira conjunta.

Segundo Lima (2019):

A socialização das famílias também sofre impactos significativos. Pais de crianças com TEA frequentemente enfrentam dificuldades para participar de atividades sociais ou familiares, devido ao comportamento da criança ou à falta de compreensão por parte de outras pessoas (Lima, 2019, p. 45).

Nesse sentido, o isolamento social, causado pela exclusão ou pelo receio de julgamento, contribui para o estresse emocional e para a solidão dos cuidadores. A busca por grupos de apoio, tanto online quanto presenciais, tem sido uma estratégia importante para muitas famílias encontrarem conforto e compreensão de outras pessoas que enfrentam a mesma realidade.

Apesar desses desafios, também existem relatos de famílias que, ao longo do tempo, conseguem ressignificar a experiência e se fortalecer. Algumas chegam a desenvolver novas habilidades de enfrentamento e estratégias de coping, que ajudam na gestão do estresse e das demandas da vida cotidiana. Nesse processo, “[...] o apoio psicológico, a busca por informação adequada e a interação com outras famílias de crianças com TEA se mostram fundamentais para a construção de uma rede de apoio que minimiza os impactos negativos” (Lima, 2019, p. 72).

Em síntese, os impactos psicossociais nas famílias de crianças com TEA são multifacetados e complexos, exigindo uma abordagem holística para que as famílias possam se adaptar de maneira saudável à nova realidade. A sensibilização da sociedade, o apoio social e a orientação adequada aos pais são essenciais para promover uma vivência mais equilibrada e proporcionar o exercício pleno dos direitos das crianças com TEA, de modo que elas possam se integrar de forma plena e respeitosa à sociedade.

RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e documental revelou um cenário desafiador para a efetivação dos direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Os resultados apontam para a existência de múltiplas barreiras que dificultam tanto o diagnóstico precoce quanto o acesso ao tratamento adequado e à inclusão social e escolar dessas crianças, em desacordo com o que é garantido pela legislação vigente.

Um dos principais desafios identificados refere-se à precariedade do diagnóstico precoce. Embora o diagnóstico antecipado seja fundamental para promover o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas da criança, Frateschi (2018) destaca que a falta de capacitação adequada dos profissionais de saúde e educação ainda é um entrave significativo. Segundo Gonçalves (2017), a carência de políticas públicas que incentivem a formação continuada de profissionais agrava o quadro, principalmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

De acordo com Gonçalves (2017), a ausência de programas de capacitação específicos para o atendimento de crianças com TEA compromete não apenas a identificação precoce do transtorno, mas também a adoção de práticas pedagógicas e terapêuticas eficazes. Em muitos casos, os profissionais da saúde e da educação não possuem o preparo necessário para reconhecer os primeiros sinais do espectro autista, o que resulta em diagnósticos tardios e, conseqüentemente, em atrasos no início das intervenções adequadas.

A desigualdade regional no acesso à formação especializada reforça a exclusão social das crianças com TEA. Como observa Martins (2019), nas capitais e em grandes cidades, é mais comum encontrar cursos de atualização, eventos científicos e redes de apoio estruturadas para profissionais.

Em contrapartida, nos municípios de menor porte, as oportunidades de capacitação são escassas, e muitas vezes os profissionais precisam arcar com os custos de deslocamento e inscrição para se atualizar. Essa disparidade impacta diretamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças e suas famílias, ampliando as diferenças no acesso aos direitos garantidos pela legislação.

Frateschi (2018) enfatiza que políticas públicas voltadas à formação continuada, especialmente em educação inclusiva e práticas terapêuticas, são

essenciais para efetivar os direitos das pessoas com TEA. A falta de investimentos sistemáticos nesse campo compromete a implementação de práticas inclusivas nas escolas e o acesso a serviços de saúde de qualidade.

Para superar esse cenário, é necessário que as políticas de formação docente e de profissionais da saúde contemplem, de maneira obrigatória e periódica, o tema do autismo, garantindo que o conhecimento produzido na área chegue de forma equitativa a todos os profissionais, independentemente da região em que atuam.

Outro ponto crítico evidenciado pela análise diz respeito ao acesso ao tratamento adequado. Apesar da legislação brasileira, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assegurar o atendimento multiprofissional às pessoas com TEA, a realidade observada diverge do que está previsto em lei. Martins (2019) aponta que, na prática, os serviços especializados são insuficientes, mal distribuídos e carentes de profissionais preparados, o que obriga muitas famílias a enfrentar longas filas de espera, deslocamentos constantes e altos custos financeiros para garantir os cuidados necessários.

No âmbito educacional, ainda que a legislação determine a obrigatoriedade da matrícula de crianças com deficiência em escolas regulares, a inclusão escolar efetiva ainda encontra diversas dificuldades. Conforme salientado por Gonçalves (2017), muitas instituições não estão preparadas para receber alunos com TEA, seja pela ausência de adaptações curriculares, pela falta de profissionais de apoio, ou pela resistência de alguns educadores em promover práticas pedagógicas inclusivas. Frateschi (2018) reforça que, sem a devida formação continuada dos professores e o suporte institucional adequado, a inclusão torna-se apenas formal, sem garantir a verdadeira participação e aprendizagem dos alunos.

A análise documental permitiu constatar que, embora os avanços legislativos representem conquistas importantes, existem lacunas na implementação efetiva das normas. Martins (2019) observa que a falta de fiscalização e de políticas públicas de acompanhamento contribui para que muitos direitos permaneçam apenas no papel, impactando negativamente o cotidiano das crianças com TEA e de suas famílias, que acabam sobrecarregadas emocional e financeiramente.

Esses resultados evidenciam a necessidade urgente de ações integradas entre as áreas da saúde, educação e assistência social, de modo a garantir a efetividade dos

direitos assegurados às crianças com TEA, promovendo sua inclusão plena e respeitando sua dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender os desafios enfrentados pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no tocante à efetivação dos direitos garantidos pela legislação brasileira. A análise bibliográfica e documental revelou que, embora o arcabouço legal existente - como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) - represente um avanço importante no reconhecimento dos direitos dessa população, ainda há uma distância significativa entre o que está garantido em norma e o que é efetivamente vivenciado no cotidiano.

O diagnóstico precoce, apontado como essencial para o desenvolvimento integral da criança com TEA (Frateschi, 2018), ainda é uma realidade distante para grande parte da população, especialmente em regiões periféricas e rurais. A carência de profissionais capacitados e de políticas públicas que incentivem a formação continuada dificulta a identificação dos sinais precoces do transtorno, retardando o início das intervenções necessárias. Conforme Gonçalves (2017), essa deficiência na formação impacta diretamente a qualidade do atendimento oferecido, perpetuando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade social.

Além das dificuldades relacionadas ao diagnóstico, a falta de acesso a tratamentos terapêuticos adequados permanece como um dos grandes entraves. Embora a legislação assegure o atendimento multiprofissional às crianças com TEA, Martins (2019) aponta que a escassez de serviços especializados, a má distribuição geográfica dos equipamentos públicos e a sobrecarga dos poucos serviços existentes tornam o acesso ao tratamento desigual e limitado. Essa realidade impõe às famílias uma série de ônus financeiros, emocionais e logísticos, que agravam a situação de vulnerabilidade e violam o princípio da equidade no acesso à saúde e à educação.

No âmbito escolar, ainda que o direito à educação inclusiva esteja assegurado por diversas normativas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,

Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, a inclusão efetiva das crianças com TEA ainda enfrenta barreiras significativas.

A ausência de adaptações curriculares, a falta de formação específica dos docentes e o preconceito social limitam a plena participação desses alunos nas atividades escolares. Muitas instituições, embora formalmente abertas à matrícula de estudantes com deficiência, não oferecem as condições necessárias para o desenvolvimento acadêmico e social dessas crianças, revelando uma inclusão mais formal do que substancial.

Nesse sentido, a análise dos dados permitiu concluir que a efetividade dos direitos das crianças com TEA depende de uma série de fatores interligados, que exigem a atuação coordenada de diferentes setores públicos e da sociedade civil.

Para que a legislação deixe de ser apenas uma promessa e se concretize na prática, é imprescindível que haja um fortalecimento das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à formação e capacitação contínua de profissionais da saúde, educação e assistência social. A formação precisa ser inclusiva, crítica e acessível, contemplando não apenas aspectos teóricos sobre o autismo, mas também práticas pedagógicas e terapêuticas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento integral da criança.

Ademais, é fundamental que se ampliem os investimentos na criação e manutenção de redes de atendimento intersetoriais, que promovam o diálogo entre saúde, educação e assistência social. O trabalho conjunto entre esses setores é essencial para garantir uma atenção integral à criança com TEA, respeitando suas singularidades e potencialidades. Programas de conscientização social também se fazem urgentes, para combater o estigma e promover uma cultura de respeito à diversidade.

Finalmente, é importante destacar a necessidade de novos estudos e pesquisas de campo que possam aprofundar a compreensão dos desafios regionais e propor soluções contextualizadas para a realidade brasileira. A escuta ativa das famílias, dos profissionais e, principalmente, das próprias pessoas com TEA deve orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas. Somente a partir de uma abordagem comprometida com a equidade e a dignidade humana será possível garantir o pleno exercício dos direitos das crianças com TEA, como propõe a legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

FERREIRA, Adriana C. **Famílias de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Desafios e Estratégias de Enfrentamento.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.

FRATESCHI, Melissa. **Inclusão Escolar de Crianças com TEA: Práticas e desafios.** São Paulo: Cortez, 2018.

GONÇALVES, Renato. **Educação Inclusiva: Construindo um ambiente acolhedor.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GRYNSPAN, Deborah. **Autismo: Diagnóstico e intervenção precoce.** São Paulo: Artmed, 2019.

LIMA, Beatriz M. **Aspectos Psicossociais do TEA: A Dinâmica Familiar e o Suporte Necessário.** Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MCLANAHAN, Diana. **Understanding Autism Spectrum Disorders: Early Intervention Strategies.** New York: Oxford University Press, 2015.